

RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E GÊNERO NO ISLÃ Uma análise do filme “A fonte das mulheres”¹

SOCIAL RELATIONS OF SEX AND GENDER IN ISLAM An analysis of the film “The source of women”

Maria Lúcia Vannuchi

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais, Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais – Grupo de estudos e pesquisas de Gênero: relações sociais, representações e subjetividades & Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Av. João Nunes, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1-H, 38.400-902 Uberlândia, Brasil.
E-mail: maluvannuchi@ufu.br; maluvannuchi@ces.uc.pt

Antônio Carlos Lopes Petean

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais, Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais – Grupo de pesquisa Islamismo e Mídia, Av. João Nunes, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco 1-H, 38.400-902 Uberlândia, Brasil.
E-mail: antonio.petean@ufu.br.

Resumo: A proposta deste texto é pensar a situação das mulheres no mundo islâmico, para além dos estereótipos alimentados pelo preconceito e desconhecimento, por meio da reflexão acerca das relações sociais de sexo e gênero no mundo islâmico, a partir do filme “A fonte das mulheres”, dirigido por Radu Mihaileanu, inspirado na peça Lisistrata de Aristófanes, que entrelaça a ficção e o real para apresentar ao público as assimétricas relações de gênero e o lugar social das mulheres no mundo islâmico. A película possibilita uma análise sociológica da divisão sexual do trabalho nas sociedades muçulmanas e das estratégias de resistência das mulheres inseridas em um universo marcadamente patriarcal. E permite, ainda, analogias com as desigualdades e mecanismos de poder também presentes nas relações sociais de sexo e gênero estabelecidas em outros contextos histórico-sociais e culturais, não especificamente árabes ou islâmicos.

Palavras-chave: Islamismo, Gênero, Divisão Sexual do Trabalho, Relações de Poder.

Abstract: The purpose of this text is to think about the situation of women in the Islamic world, in addition to the stereotypes fed by prejudice and ignorance, through reflection on the social relationships of sex and gender in the Islamic world, from the film “The source of Women”, directed by Radu Mihaileanu, inspired by the play Lysistrata, of Aristophanes, which interweaves fiction and the real to present to the public the asymmetric gender relationships and the social place of women in the Islamic world. This film makes possible a sociological analysis of the sexual division of labor in Islamic societies and the strategies of resistance of women inserted in a patriarchal universe. It also enables analogies with the inequalities and mechanisms of power also present in the social relationships of sex and gender established in other historical-social and cultural contexts, not specifically Arab or Islamic.

Keywords: Islam, Gender, Sexual Division of Labor, Power Relations.

Introdução

Este texto de reflexão, que não se apresenta conforme os cânones de um artigo científico e tampouco de uma recensão, exercita uma leitura sociológica, sob a perspectiva de gênero,² do filme “A fonte das mulheres” (da versão original *La source des femmes*), produção franco-belga-italiana de 2011, dirigido por Radu Mihaileanu que entrelaça as imbricadas tramas da ficção, da fábula e do real para retratar relações de gênero e poder que se desenrolam em um tradicional vilarejo situado em algum lugar não especificado entre o Norte da África e o Oriente Médio. A película, filmada no Marrocos, possibilita refletir sobre a opressiva situação de mulheres e aspectos de desigual divisão sexual do trabalho em um universo construído nos marcos da tradição islâmica.

Mas, efetivamente tal tradição responderia por si só pelas assimétricas relações estabelecidas entre mulheres e homens, que o texto cinematográfico retrata?

O Islamismo é uma das religiões monoteístas que no decorrer de sua expansão sempre ocupou um lugar significativo no imaginário ocidental. Uma mistura de representações que o retratam como exótico, como primitivo e selvagem geraram temor e sedução no Ocidente cristão. E, estas representações contribuíram para que as imagens associadas a ele no universo midiático e cinematográfico ocidental fossem, geralmente, preconceituosas e pejorativas.

Portanto, é inegável que nosso olhar para o Islã é ocidental e condicionado pela mídia que, no atual contexto geopolítico foca na sua face fundamentalista representada por grupos como o Daesh, a *Al Qaeda*, o *Boko Haram* e frente *Al Nusra*; grupos que apesar das diferenças políticas e doutrinárias, têm em comum um histórico de atentados e ações violentas. Por isso, associamos o Islã a homens-bomba, a fanatismo religioso, à negação da liberdade, e a desrespeito aos direitos humanos. Ao tomarmos contato com o Islã acabamos por associá-lo à guerra contra o Ocidente cristão e, no que concerne a gênero, o Islã é sempre associado às sociedades que delegam à mulher um lugar secundário e, preferencialmente, restrito ao espaço doméstico-familiar, o que, diga-se de passagem, não poderia ser considerada uma exclusividade islâmica ou do mundo árabe, posto que também presente no cotidiano das mulheres do Ocidente cristão. A partir do ponto de vista ocidental, o espaço social e econômico das mulheres no Islã, teria sido forjado por concepções fundamentalistas acerca de sua inexorável submissão. Isso seria tudo, nada mais além?

Segundo Antes (2003), os direitos humanos foram também, durante séculos, objeto de negação nos círculos cristãos da Europa. Não podemos esquecer o rastro de sangue das cruzadas, e tampouco os pensamentos e vozes silenciados nas fogueiras da Santa Inquisição, inclusive de muitas “bruxas”, que nada mais eram do

que mulheres à frente de seu tempo, detentoras de uma sabedoria que atemorizava a Igreja; elas eram capazes de ousar e transgredir padrões sociais. Nos marcos da tradição judaico-cristã, as mulheres eram recorrentemente despidas de sua condição humana, e representadas simbolicamente como Marias e Evas. Ou seja: santificadas ou demonizadas.

Hoje, as mulheres no mundo cristão ocidental ocupariam lugar de destaque, teriam posição privilegiada? Desfrutariam de relações igualitárias nos diversos espaços sociais, dentre outros, na família, no mundo do trabalho, no campo das representações políticas, no exercício livre da própria sexualidade? Não é da natureza deste texto a apresentação de dados comprobatórios das desigualdades de gênero, e não se trata também, aqui, de defender o Islamismo, de apresentá-lo como o arauto da igualdade social, mas chamar a atenção para representações preconceituosas sobre os islâmicos, construídas por não islâmicos, passíveis de afastar o foco de conflitos e contradições destes, de suas iniquidades que, por serem mais sutis, não deixam de ser nefastas.

Nas análises de Antes (2003), no seio das nações muçulmanas da África, Oriente Médio e Ásia pode ser observada uma tendência a relacionar alguns preceitos do Islã com os direitos humanos, afirmando inclusive que certas ideias presentes na liberal declaração universal dos direitos do homem e do cidadão, já estavam presentes nos textos islâmicos. E este debate, que se desenrola no cenário muçulmano, impacta todo o mundo, haja vista que tal denominação religiosa perpassa o universo cultural de todos os continentes. Entender alguns elementos constitutivos do Islã é, pois, fundamental para pensarmos sua relação com os direitos humanos e, dentre estes a questão da igualdade de gênero e refletirmos também sobre preconceitos que, não raro, são propagados pelo cinema e pela mídia ocidental.

Islamismo: História e princípios

O Islamismo é considerado a última das grandes religiões monoteístas ligadas às sagradas escrituras e, atribui-se ao profeta Árabe *Mohammad* – também conhecido como Maomé, nascido no ano de 570 em Meca, a responsabilidade pela sua criação e organização política, a partir da cidade de Medina ou *Yatrib* (A cidade do Profeta). Por isso as cidades de Meca e Medina são consideradas sagradas pelos muçulmanos.

Na história de Maomé, de início já se coloca a figura de uma mulher forte, *Khadija*, rica comerciante de 40 anos, com quem o profeta casara-se aos 25 anos de idade; prática que, em si, colocava em questão o paradigma da mulher dependente e submissa. Esse enlace conjugal transgredia, ainda, o tabu de esposas preferencialmente mais jovens do que seus cônjuges.

Conforme a tradição islâmica foi numa das viagens em que *Mohammad* percorrendo, em comércio caravaneiro, vastas regiões da Arábia e adjacências, na busca por especiarias, tecidos e todo tipo de produtos que pudessem ser comercializados em Meca, teria recebido, em sonhos, os primeiros versos que iriam compor o Alcorão, livro sagrado do Islã, conforme descreve Pinto (2010). Por isso o Islamismo é considerado pelos seus fiéis como a última das religiões monoteístas na linha da revelação, uma vez que o Alcorão não seria uma criação de *Mohammad*, mas obra do próprio Deus, *Allah*; segundo a tradição corânica, *Mohammad* teria recebido do anjo Gabriel os versículos que compõe o Alcorão e passou a pregá-los, a princípio, a seus familiares.

A concepção islâmica da história da redação do Alcorão favorece a doutrina da revelação que — sistematizada na teologia islâmica e defendida até hoje — se encontra em grande parte já desenvolvida no Alcorão, pelo menos em afirmações singulares. Assim, Deus revelou repetidamente ao homem o que quer dele. Isso aconteceu pela primeira vez na revelação a Adão e historicamente pela última vez a *Mohammad*. (Antes, 2003, p. 33)

E, o que *Allah* revela querer de seres humanos de diferentes sexos? A igualdade espiritual. Em vídeos disponíveis na internet, a antropóloga e pesquisadora da USP Francirosy Ferreira (2007) observa que leituras sexistas do Alcorão não derivam dos preceitos sagrados, sendo, de fato, construtos histórico-sociais que desconSIDERAM capítulos do Alcorão que pressuporiam a igualdade; são interpretações misóginas de princípios religiosos que todos os fiéis deveriam respeitar e obedecer, independentemente de suas identidades sexuais e de gênero. O livro sagrado dos muçulmanos normatiza toda a vida civil: do casamento, separação dos cônjuges, guarda dos filhos, aborto, a questões relativas ao vestuário da mulher, dote e impostos.

Os cinco preceitos religiosos, pilares do Islã, que fundamentalmente os muçulmanos devem respeitar, independem da identidade sexual e de gênero de seus fiéis: 1) a aceitação de que não existe outra divindade além de *Allah*; 2) as cinco orações diárias que devem ser feitas em horários determinados; 3) o pagamento da *Zakat* ou imposto destinado aos necessitados e enfermos; 4) o jejum no mês do Ramadã; 5) a peregrinação à cidade sagrada de Meca, da qual estão dispensados os enfermos e os carentes de recursos financeiros, conforme relatam Jomier (1993) e Antes (2003). Na verdade, a peregrinação a Meca é uma atividade pré-islâmica e muitos judeus e cristãos também a realizavam, pois segundo a tradição corânica, na cidade de Meca havia ícones de Jesus e Maria, na *Caaba* — pedra sagrada — hoje local de peregrinação e oração exclusivamente islâmico.

Mas o Islã e o Alcorão não se limitam à prescrição das obrigações religiosas; os textos sagrados também trazem mensagens de fraternidade, compreensão e aceitação de outras formas de ser. Fundamentados em tais mensagens do livro sagrado, nasceram movimentos que ficaram conhecidos em todo o mundo islâmico por colocarem em prática a ideia de fraternidade muçulmana. A Irmandade Muçulmana do Egito – que mantém núcleos de assistência social e hospitais destinados aos muçulmanos carentes – bem ilustra a ideia dessa fraternidade islâmica.

Em termos hierárquicos e institucionais, na sociedade muçulmana o califa é líder político, palavra autorizada em questões polêmicas sobre os ensinamentos e a legitimidade destes, conforme descreve Demant (2008). Quanto a outras questões, tais como a posição social da mulher, a herança, o divórcio, a guarda dos filhos após a separação do casal e divisão de seus bens patrimoniais, existem organismos de consultas jurídicas para a tomada de decisões, que são baseadas em princípios contidos no Corão, nos *Hadith* – história da vida do profeta *Mohammad* – sem deixar de levar em conta a especificidade das tradições locais, que respondem pela arbitragem, em vários países islâmicos dessas questões. Portanto, não cabem generalizações; existem diferenças significativas entre os diversos países islâmicos quanto ao espaço ocupado pelas mulheres, e seus direitos.

A família no mundo islâmico

A família é o núcleo básico da sociedade islâmica e prescreve-se que todos os seus membros gozem dos mesmos direitos, a despeito do caráter masculino do comando, conforme nos descreve Jomier (1993), ao estudar a família na comunidade islâmica:

Nessa família, teoricamente, todos são iguais diante de Deus e do seu destino eterno, com os mesmos deveres; os partidários desta igualdade fundamental gostam de citar um versículo do Corão que enumera lado a lado muçulmano e muçulmana que praticam igualmente sua religião (Corão, 33,35). Todavia, na existência terrestre, uma função de comando cabe ao homem no seio da sociedade, ele é o chefe da família. Sob certos aspectos, a sociedade muçulmana é uma sociedade de homens, ou pelo menos o foi durante séculos. Era previsto até agora que o chefe de família, portanto o varão tinha o dever de prover o necessário à manutenção dos seus. (Jomier, 1993, p. 134)

Quanto à educação das crianças, o papel da mãe é central. Ferreira (2007) reforça tal tese, revelando em suas pesquisas etnográficas o poder das mulheres nas famílias islâmicas; segundo suas pesquisas os homens consultam-nas para tudo, e não tomam qualquer decisão sem antes ouvi-las.

Jomier refere-se ao marcante exemplo do pai sobre a criança, mas também ressalta que “a função da mãe, na educação infantil, é muito grande” (Jomier, 1993, p. 134). Quanto à liberdade e igualdade das crianças Jomier (1993) nos diz que quando os filhos são pequenos e dependentes dos pais, podem ir a todos os lugares não pesando nenhuma proibição sobre meninos ou meninas. Mas, é na puberdade que começam a ser definidos os lugares sociais dos homens e das mulheres nas sociedades islâmicas. Nesta fase começa a ser colocada a questão do véu. Em vários países islâmicos há diferenças quanto ao uso do véu na cidade e no campo, sendo menor a rigidez moral nas sociedades rurais.

No campo, o pudor das mulheres se manifestou mais simplesmente, sem véu e vivendo apenas separadas dos homens. Na cidade, porém, durante muito tempo o costume exigiu que as muçulmanas se cobrissem com o véu desde os primeiros sintomas da puberdade, exceto no círculo da família, que abrange os homens com os quais o casamento lhes era proibido por motivo de parentesco, e os cônjuges das suas irmãs, sobrinhas. (Jomier, 1993, p. 137)

Conviria indagar sobre as posições relativas das mulheres e dos homens na divisão social do trabalho nas sociedades muçulmanas, uma vez que é competência do homem prover a família dos bens necessários à sua sobrevivência (Jomier, 1993). Mas, os textos sagrados do Alcorão e dos *Hadith* são imprecisos quanto a esta questão, o que possibilita leituras androcêntricas destes, e gera controvérsias.

A película “A fonte das mulheres” aborda justamente a resistência das mulheres, de uma aldeia de caráter rural, às obrigações no mundo do trabalho que lhes são impostas pelos homens, o que nos possibilita refletir sobre a divisão sexual do trabalho e a resistência das mulheres islâmicas.

Análise da película “A fonte das mulheres”

Dentre os inúmeros filmes que tratam do mundo muçulmano e, especificamente, do cotidiano das mulheres islâmicas, de sua inserção nos diversos espaços sociais e, em particular, no mundo do trabalho doméstico e extradoméstico, destaca-se o filme “A fonte das mulheres”, objeto de análise desta reflexão.

O texto cinematográfico possibilita refletir sobre processos de mudança imbricados ao conservadorismo presente tanto nas condições materiais de existência quanto nos espaços simbólicos dos estereótipos étnicos, dos valores, dos preceitos, e das representações sociais.

O diretor da película, Radu Mihaileanu, em depoimento à agência brasileira *O Globo*, em 2012, revelou ter se inspirado em Lisístrata, peça escrita por

Aristófanes em 411 a.C., que em ácida crítica ao crônico estado de guerra vigente em Atenas e Esparta, registra a atuação de mulheres dessas cidades-estado gregas, lideradas pela ateniense Lisístrata, que no decurso da guerra do Peloponense — ocorrida de 431 a 404 a.C. — promoveram, com êxito, uma greve de sexo pela paz.

Em “A fonte das mulheres”, a trama desenrola-se em uma aldeia de “qualquer lugar” situado entre o Norte da África e o Oriente Médio, conforme enfatiza o narrador. Nesse, não por acaso inespecífico, lugar desenrolam-se relações de gênero marcadas pela exploração e opressão das mulheres, situação esta que transpõe fronteiras territoriais estendendo-se pelo conjunto de sociedades islâmicas, bem como por outras sociedades, não islâmicas, e que, não necessariamente amparam as suas iniquidades em livros sagrados. As relações de gênero — forma primordial de dar sentido às relações de poder, que se estabelecem entre as pessoas tendo como marcador as diferenças sexuais — perpassam todos os espaços sociais e podem ser observadas praticamente na totalidade das sociedades humanas. Tais diferenças são social, cultural e historicamente transformadas em desigualdades sociais e legitimadas por processos de naturalização que, costumeiramente, evocam preceitos sagrados ou cânones científicos, à guisa de sua justificativa e legitimação.

As desigualdades de gênero/sexo perpassam todas as instâncias da existência humana; se podem ser observadas na materialidade dos universos doméstico e profissional, também se fazem presentes nas elaborações simbólicas. Bourdieu (1999) observa que o gênero, como construção social, vincula-se à elaboração de ideias sobre espaços, posições, situações e comportamentos socialmente requeridos ou atribuídos.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos. [...] A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (Bourdieu, 1999, pp. 18-20)

Também Scott (1995) muito contribui para a compreensão do entrelaçamento de tais elementos objetivos e subjetivos que simultaneamente desenham-se nas relações de gênero. Ao apresentar o gênero como um “operador teórico-metodológico” desvela processos e esclarece como estes se constituíram, bem como os mecanismos de

conservação ou mudança social que produzem. Scott (1995) articula quatro elementos interrelacionados que operam simultaneamente na construção das relações de gênero: 1) os esquemas simbólicos, no que tange à força instituinte dos ideários, dos imaginários, das representações acerca da distribuição de espaços, papéis, funções sociais de mulheres e de homens; 2) os conceitos normativos, que expressam as elaborações simbólicas, a exemplo das normas e doutrinas religiosas; 3) os aspectos institucionais, em termos do posicionamento e atuação de mulheres e de homens na família, nas estruturas do sistema político, no mercado de trabalho, dentre outras instituições sociais; 4) a identidade subjetiva, construída a partir da incorporação, da interiorização dos demais elementos enunciados.

Tais construções objetivas subjetivam-se sob a forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções e valores que norteiam as práticas sociais. Esse entrelaçamento de aspectos objetivos e subjetivos que interagem incessantemente na construção das ordens material e simbólica de dominação pode ser observado na trama do filme analisado que retrata um caso — real, segundo seu diretor — ocorrido na Turquia em 2001; ponto de partida de um enredo que funde realidade e ficção, e entrelaça as temáticas da luta, do amor, e do trabalho. Contrapondo-se a imbricadas formas de opressão e exploração, as mulheres da localidade levantaram-se, em luta pela igualdade de direitos; movidas pelo amor, acreditaram na possibilidade de mudança e construção de uma vida melhor, a ser forjada a partir de uma simétrica relação partilhada, sem hierarquias, por mulheres e homens.

O filme focaliza uma sociedade tradicional que se defronta com modernizações tecnológicas — televisão e novelas mexicanas, telefone celular — mas continua presa às tradições e a arraigados valores, no bojo da axial tensão entre permanências e mudanças sociais.

Algumas mudanças, de fato, dialeticamente, sinalizavam, a despeito das persistências e continuidades, rupturas mais ou menos significativas; outras, porém, mais contribuía para que tudo permanecesse substancialmente inalterado.

Nessa sociedade de “qualquer lugar” vigia uma secular divisão sexual do trabalho: enquanto os homens faziam guerras, as mulheres garantiam a sobrevivência dos familiares por meio de extenuantes atividades domésticas, que incluíam, dentre outras, a busca de água na fonte.

Mudaram os tempos, as guerras desapareceram. Os homens deixaram de combater e, desempregados em decorrência de severa seca que assolara a região, passaram a viver no ócio, a beber, a “jogar cartas e conversa fora” para matar o tempo. Em momento algum se dispuseram a partilhar o trabalho com as mulheres, que mantinham a dura lida doméstica, que continuavam a buscar água na fonte, árdua tarefa, na qual muitas mulheres acidentavam-se. Uma das cenas iniciais do filme

focaliza justamente a queda de uma mulher grávida que escorrega nas pedras do íngreme caminho; sobre estas vertem, então, suas lágrimas silenciosas misturadas ao fio de sangue que escorre pernas abaixo, a denunciar o indesejado aborto.

A perversa divisão de trabalho retratada cinematograficamente é análoga ao que ocorre na sociedade contemporânea, não só no mundo islâmico ou oriental; as mulheres vêm crescentemente adentrando o mercado de trabalho, passam a ocupar nichos tradicionalmente considerados masculinos, respondem pelo sustento da família, e o inverso não acontece: os homens não se inserem em setores ocupacionais majoritariamente ocupados por mulheres, e tampouco ampliam sua quota de participação no trabalho doméstico. Desta forma, a atuação das mulheres no mercado de trabalho e possível realização profissional tem tido a contrapartida da sobrecarga de dupla ou tríplice jornada de trabalho.

Se analogias despontam, ao cotejarmos lugares e épocas diferentes, é porque há um incessante trabalho histórico-social de criação e recriação de relações sociais assimétricas assentadas em diferenças sexuais que, naturalizadas, fundamentam as desigualdades sociais. Estas se delineiam, no decorrer do tempo, com as características próprias de cada lugar e associadas a múltiplas formas de opressão, submissão e resistência.

“Que os homens busquem a água na fonte”, ecoa a voz de mulheres no cenográfico vilarejo islâmico. Lideradas por Leila (a estrangeira que via para além dos muros da tradição e detinha o, então pouco usual entre as mulheres, poder da cultura letrada) e pela “Velha Fuzil” (militante, natural do lugarejo, forjada nas lutas do dia a dia) as mulheres declararam-se em greve de amor e sexo, a exemplo das atenienses da Grécia clássica.

Não tardou a se fazer ouvir, em resposta, o cauteloso tom das vozes de alerta: “Não provoquem os homens, não os façam inimigos; sejam prudentes!”

Vale lembrar que nas lutas feministas cabem vozes masculinas, e não para ameaçar ou reprimir, mas para fazer coro, pois as relações de gênero — enquanto relações estabelecidas entre pessoas de diferentes sexos e marcadas pelo poder, pela hierarquia, pela assimetria — também terminam por aprisionar os homens nos rígidos padrões androcêntricos, e requerem sua efetiva participação para desconstruí-las.

Bourdieu (1999) observa que o privilégio masculino é uma cilada para o próprio homem que se aprisiona sob o infantil ideal de virilidade, e tem, a todo o momento que comprovar sua masculinidade, força, e coragem. Paradoxalmente, é este, o princípio de sua vulnerabilidade. “A virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’” (Bourdieu, 1999, p. 65).

Desconstruir a dominação masculina das sociedades androcêntricas é condição *sine qua non* para libertar das peias da opressão não só as mulheres, mas também os homens, ou seja, os seres humanos em sua totalidade, independentemente da identidade sexual ou de gênero de cada sujeito social.

Se a luta já foi dura para Leila, que contava com o apoio do marido, um professor com certo nível de consciência crítica, o que não dizer da luta das mulheres sem o apoio de seus maridos; algumas chegaram a ser estupradas por estes. Criativamente, valiam-se, então, de subterfúgios e estratégias para evitá-los, para mantê-los à distância, tais como: passar alho e pimenta nos cabelos para que o odor os afugentasse, usar calças compridas com fecho difícil de abrir, acomodar os/as filhos/as na cama, em meio ao casal para inibir os gestos de maior intimidade.

Mas, por mais que Leila recebesse algum apoio, seu marido jamais seria capaz de atingir os profundos meandros da catarse de mulheres que passam a indagar-se acerca de seu espaço social, que passam a questionar o sentido de sua própria existência.

Em um crescendo, a luta desencadeada pelas mulheres leva-as a problematizar as razões da coercitiva ocultação de seus corpos por meio de vestes que os recobrem, não como escolha, mas para impedir a revelação destes, ainda que elas desejassem revelá-los. São emblemáticas as palavras da Velha Fuzil: — “Melhor seria se cobrissem seus olhos, e não os nossos rostos!”

Vem à tona, neste ínterim, o polêmico uso do *hijab*, que recobre o rosto das mulheres islâmicas, mais polêmico ainda quando estas vivem como estrangeiras, em países cristãos. Mas as mulheres ocidentais, que condenam tal prática, usam outros véus, menos visíveis, mas que também as limitam e cerceiam. E os homens ocidentais não deixam de valer-se de estruturais práticas opressoras.

“Eu existo!” A exclamação que eclode do peito de Leila, expressa sua auto percepção, como sujeito de direitos, como ser de escolhas, responsável por seus próprios atos. As mulheres retratadas no texto cinematográfico lutavam pelo direito de ser, lutavam contra a exploração no trabalho, contra o casamento sem amor, contra o sexo sem prazer, contra espancamentos, e contra a violência dos estupros — que, diga-se de passagem, não deixaram de ser recorrentes neste início de terceiro milênio, tanto no mundo oriental quanto no ocidental.

E concernente ao exercício da sexualidade livre e prazerosa, contrapor-se-ia o Alcorão? Na medida em que cada um de nós é fruto de um momento de desejo, opor-se-ia o texto sagrado a que a concepção acontecesse imersa em amor e paixão? São questões para se refletir e passíveis de tantas respostas que transporiam os limites do formato deste texto.

No intuito de convencer o Imã da legitimidade da luta das mulheres do vilarejo e conquistar o seu apoio, Leila recita, diante dele, trechos do Corão; especificamente os versículos 58-11, a lembrar que *Allah* promete dignificar os que Nele creem, sem fazer qualquer distinção de sexo. E conclui, indagando: – “Quem não quer que as mulheres sejam exaltadas por Deus?”

O questionamento e a argumentação são convincentes: as muçulmanas, em luta, de forma alguma infringiam o texto sagrado; opunham-se, na realidade, à construção histórico-social e cultural de desigualdades entre pessoas de diferentes sexos, respaldada em leituras androcêntricas e sexistas deste.

Foi na luta que as mulheres descobriram o prazer de lutar; assim, festejavam-na entre risos, cantos, danças; em cada gesto de solidariedade e cumplicidade feminina, em inusitada alegria, nunca dantes experimentada no dia-a-dia de áridas e insatisfatórias relações conjugais, e extenuante rotina de trabalho.

Se para os homens as mulheres estavam gerando o caos, retrucavam estas que o caos já havia se instalado há mais tempo, muito antes da greve do sexo, mas somente para elas, que vivenciavam diuturnamente o caos interno do abandono de projetos e sonhos para, querendo ou não, de forma coerciva, configurarem-se como a viga-mestra de uma família estruturada sob os moldes patriarcais. A luta foi travada contra as condições materiais, opressivas de existência, e também contra símbolos, preceitos e valores que as aprisionavam nas malhas de sufocante tradição.

A complexidade do ser – na cena final – é personificada, de forma ilustrativa, em duas mulheres. Na protagonista, Leila, que contempla o êxito da luta das mulheres islâmicas materializado na água a correr pela tubulação, a fecundar áridos corações e a fazer desabrochar a flor gerada na luta e nutrida pelo amor. E em outra personagem, Loubna Esmeralda, natural da aldeia, mulher romântica que se nutrira de falsas cartas de amor e, qual fênix renascida após desilusão amorosa, parte à procura de um novo lugar para viver, de um novo caminho onde pudesse reescrever a própria biografia. A despeito de qualquer desencanto, preserva a crença em si e no amor, tal como a água da fonte que brota do seio da terra e incessantemente revitaliza a existência.

À sua maneira, as mulheres muçulmanas retratadas lutaram com êxito contra a desigualdade de gênero. Tais desigualdades, incessantemente produzidas e reproduzidas, e as lutas que a elas se contrapõem, têm cores locais, dependem de contextos históricos específicos e de contingentes práticas sociais.

A despeito das relações de gênero transversarem todos os espaços sociais, estarem presentes nas mais diversas regiões do planeta, perpassarem todas as instâncias da existência humana, poderem ser observadas nas dimensões objetivas das

sociedades e nas elaborações simbólicas dos sujeitos sociais, seria etnocêntrica uma perspectiva universal e generalizante que desconsiderasse as suas diversidades e particularidades.

Destarte, não caberia às feministas cristãs e ocidentais ditar caminhos e perspectivas às mulheres orientais, às mulheres islâmicas que vivenciam situações e relações específicas, conforme podemos perceber na análise de Lima (2014). Os feminismos não são exclusivamente ocidentais. Há feministas islâmicas que estão procedendo à releitura das fontes religiosas do Islã, e erguendo-se contra a opressão de mulheres muçulmanas, em luta pela emancipação destas, pela igualdade de gênero em seus espaços sociais. Se são bem vindos os apoios de outras vozes, também em luta por um mundo mais justo e igualitário, é mister lembrar que elas têm a sua própria voz e podem falar por si.

Jane Flax afirma que “nenhuma de nós pode falar pela ‘mulher’, porque tal pessoa só existe dentro de um conjunto específico de relações (já em termos de gênero) – com o ‘homem’ e com muitas mulheres concretas e diferentes.” (Flax, 1991, p. 248). A autora observa, ainda, que “dentro da teoria feminista, uma busca de um tema definidor da totalidade ou de ponto de vista feminista pode exigir a supressão de importantes e inquietantes vozes de pessoas com experiências diferentes das nossas” (Flax, 1991, p. 235).

Todas as vozes precisam ser ouvidas, e quando em coro; ganham maior potência.

Considerações finais

Procuramos neste texto, no limite possibilitado pelo próprio formato requerido para a sua publicação, refletir sobre as desiguais relações sociais de sexo e gênero em um espaço islâmico, que o filme analisado focaliza, sem resvalar para um viés etnocêntrico que alardeia uma submissão das mulheres muçulmanas em virtude de preceitos religiosos. Assim como estes, outros discursos – médicos, científicos, legais, de outros credos religiosos, também podem oprimir e cercear. Seria redutor restringir a opressão das mulheres ao mundo oriental, árabe, muçulmano. Ou seja: as desigualdades de gênero/sexo perpassam praticamente todas as sociedades e são legitimadas por processos de naturalização de diferentes matizes. Elas são construídas, por diferentes caminhos, cultural, histórica e socialmente. E para desconstruí-las, também por diferentes caminhos, o primeiro passo é a sua desnaturalização. Esperamos ter contribuído para tal nos limites deste texto, cujo ponto de partida é a análise do filme “A fonte das mulheres”, narrativa que tanto desvela a desigualdade na intersecção de gênero e religião, os processos sócio-culturais de

sua construção, naturalização e legitimação, quanto a contraposição e resistência a ela, pelas mulheres em luta.

Em uma epígrafe invertida, colocada ao final, ao invés de, no início do texto, fechamos esta reflexão, utilizando as emblemáticas palavras que também finalizam a película:

Nunca devemos nos dar por vencidos.
 O infinitamente pequeno pode se revelar, mais majestoso
 do que tudo que parece grande.
 A água...
 O frescor...
 A vida...
 E até o amor...
 podem brotar a qualquer momento.

Referência ao “infinitamente pequeno” como metáfora da possibilidade sempre presente nas lutas dos oprimidos, dos explorados, contra as injustiças sociais; no caso específico focalizado neste texto, contra o sexismo e as desigualdades de gênero.

Notas

- 1 Besson, Luc, Carot, D., David, G. (Produtores) e Mihaileanu, Radu (Diretor) (2011). *A fonte das mulheres (La source des femmes)* [Filme]. Paris Filmes.
- 2 Por uma questão de leveza textual optamos por não generificar a escrita do texto, adotando, assim, os androcêntricos cânones gramaticais que, em essência, contestamos, posto que subsumem e ocultam em uma genérica forma masculina as diferentes identidades sexuais e de gênero.

Referências

- Antes, Peter (2003). *O Islã e a política*. São Paulo: Paulinas.
- Bourdieu, Pierre (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Demant, Peter (2008). *O mundo muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto.
- Ferreira, Francirosy Campos Barbosa (2007). *Diálogos* [Vídeos]. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLjky7pObyehmOPN03e>. Acesso em 29 /08/15.
- Flax, Jane (1991). Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In Heloisa Buarque de Hollanda (Ed.), *Pós-modernismo e política* (pp. 217-250). Rio de Janeiro: Rocco.

- Jomier, Jacques (1993). *Islamismo. História e doutrina*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lima, Cila (2014). Um recente movimento político-religioso: Feminismo islâmico. *Estudos Feministas*, 22(2), 675-686.
- O Globo (2012, 20 de janeiro). *A fábula do poder feminino em 'A fonte das mulheres'*. Entrevista concedida a Rodrigo Fonseca por Radu Mihaileanu. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/a-fabula-do-poder-feminino-em-fonte-das-mulheres-3718201>. HYPERLINK
"http://oglobo.globo.com/cultura/a-fabula-do-poder-feminino-em-fonte-das-mulheres-3718201.%20Acesso%20em%2029/08/15". Acesso em 29/08/2015.
- Pinto, Paulo Gabriel Hilu da Rocha (2010). *Islã. Religião e civilização. Uma abordagem antropológica*. São Paulo: Santuário.
- Scott, Joan (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), 71-99.

Maria Lúcia Vannuchi. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais. Realiza estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Desenvolve pesquisas na área de Sociologia do Trabalho e Relações de Gênero. Participa do grupo de pesquisa GEPEGRES — Grupo de estudos e pesquisas de Gênero: relações sociais, representações e subjetividades , vinculado ao Núcleo de pesquisas em Ciências Sociais da UFU/Brasil.

Antônio Carlos Lopes Petean. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais. Desenvolve pesquisas na área de Religião e Sociedade. Participa do grupo de pesquisa Islamismo e Mídia, vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da UFU/Brasil.

Data de submissão: 21/03/2017 | **Data de aceitação:** 30/04/2017